Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

CLIPPING IMPRESSO

22/12/2017

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL AQUI
   1.1. DESEMBARGADOR..... 1 - 2
   1.2. PRESIDÊNCIA..... 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. COMARCAS..... 4 - 5
   2.2. DECISÕES..... 6 - 7
   2.3. EXECUÇÕES PENAIS..... 8 - 9
   2.4. SEGURANÇA..... 10
   2.5. SERVIDOR PÚBLICO..... 11 - 13
3. JORNAL O DEBATE
   3.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 14
4. JORNAL O IMPARCIAL
   4.1. DESEMBARGADOR..... 15 - 16
   4.2. PRESIDÊNCIA..... 17
   4.3. SERVIDOR PÚBLICO..... 18 - 19
5. JORNAL O PROGRESSO
   5.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 20 - 21
6. JORNAL O QUARTO PODER
   6.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 22
   6.2. PRESIDÊNCIA..... 23
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 24
   7.2. DESEMBARGADOR..... 25 - 26
   7.3. JUÍZES..... 27
   7.4. PRESIDÊNCIA..... 28
   7.5. SERVIDOR PÚBLICO..... 29 - 33
   7.6. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 34 - 35

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

HABEAS CORPUS NEGADO

A defesa do empresário Lúcio André Silva Soares, acusado de agredir a ex-companheira Ludmila Ribeiro, teve pedido de habeas corpus recusado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Lúcio André responde por dois crimes de violência doméstica e está foragido desde o dia 13 de novembro.

O pedido foi solicitado pelo advogado Antônio Glaucius de Morais, em revogação à prisão preventiva decretada pelo juiz Lúcio Paulo Fernandes Soares, da 2ª Vara da Comarca de Pinheiro. O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida foi o responsável pelo recebimento e negou o pedido na tarde desta terça-feira, 19.

Lúcio André já entrou com outros três pedidos de revogação dos mandados de prisão preventiva pelos quais responde, mas teve todos negados pela Justiça.

>> Entenda o caso

Lúcio e Ludmila estavam há um ano e meio separados e tentando reconciliação há dois meses. O motivo da separação foi a agressão do empresário durante a gravidez de Ludmila.

No dia 11 de novembro, eles saíram para jantar em restaurante na região da Lagoa da Jansen. Lúcio tirou fotos com a ex-esposa e pediu a ela que publicasse em suas redes sociais. Ludmila se recusou a postar e resistiu a entregar o celular para o empresário, que o tomou à força.

O casal seguiu para o carro, onde Lúcio começou a agredi-la com socos e cotoveladas. Chegando próximo ao condomínio onde Ludmila mora, ele a jogou para fora do carro e a advogada, sem força para se manter em pé, cai ao chão. Lúcio ainda tentou jogar o carro para cima da vítima com o intuito de atropelá-la, mas foi impedido por vizinhos, que a socorreram.

Ludmila teve parte do rosto desfigurado, duas costelas fraturadas e ferimentos em diversas regiões do corpo. Lúcio foi preso, mas liberado logo depois de pagar fiança no valor de R$ 4.685,00. Desde então, segue foragido.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

VISITA

O presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu a visita de cortesia do novo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O objetivo foi estreitar a relação e reforçar a harmonia entre os dois Poderes. O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos destacou que há uma demonstração inequívoca da harmonia entre os Poderes. O presidente do TJ-MA também garantiu que a boa relação que existe será mantida.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Rotina da capital mudará com o feriado de Natal

Hospitais de emergência e plantões policiais funcionarão nos dias 24 e 25; orgãos públicos estarão fechados, assim como agências bancárias; shoppings têm horário diferenciado

Quem não gosta de um feriado? É quando se aproveita para fazer um bom programa com família e amigos. Porém, é importante ficar de olho, pois devem acontecer algumas modificações nos horários do comércio.

Dia 24, véspera de Natal, os órgãos públicos estaduais e municipais estarão fechados, por se tratar de um domingo. Na segunda-feira, 25, feriado de Natal, todos deverão permanecer fechados na capital maranhense.

Os órgãos voltarão a funcionar apenas na terça-feira, dia 26, assim como os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No feriado, apenas os hospitais de emergência também funcionarão, assim como os plantões policiais.

Durante o recesso do Poder Judiciário maranhense - no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro -, as comarcas do interior do Maranhão estão funcionando sob regime de plantão.

As agências bancárias não funcionarão no dia 25.

Comércio

Sobre o comércio, como a Rua Grande, supermercados e demais estabelecimentos comercias, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) informou, por meio de nota, que a convenção coletiva de trabalho para o feriado ainda não foi assinada. Dessa forma, por se tratar de uma atividade essencial, os supermercados podem funcionar em horário livre, desde que as empresas tenham interesse em funcionar.

Sobre a situação do transporte público da cidade, a Secretaria Municipal de Transito e Transporte (SMTT) informou que o funcionamento será normal, não diminuindo a quantidade de ônibus, garantindo uma boa mobilidade a toda a população.

No São Luís Shopping, foi estabelecido um horário diferenciado: até sábado, 23, as lojas funcionam das 9h às 23h; e o Hiper, das 8h às 23h. No dia 24 (domingo), as lojas abrem das 9h às 18h e o Hiper, das 8h às 18h. No dia 31, o horário de funcionamento é o mesmo do dia 24.●

SAIBA MAIS

Programação de funcionamento Golden Shopping

22 e 23/12 – lojas e quiosques, praça de alimentação - 10h às 22h; cinema – 13h30 às 23h.

24/12 - lojas e quiosques, praça de alimentação – 9h às 18h; cinema – fechado.

25/12 – lojas e quiosques fechados

Praça de alimentação – 16h ás 22h

Cinema – 15h às 23h50

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Biné Morais

Agências bancárias não funcionarão no dia 25, feriado de Natal

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO MAIOR

E MAIS

• A Justiça começou a frear as movimentações do casal Josimar de Maranhãozinho e sua esposa Detinha, na região do Gurupi maranhense.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO MAIOR

Incompleto

O Tribunal Regional Eleitoral vai entrar o ano eleitoral de 2018 sem resolver as pendências da lista tríplice de candidatos da OAB.

As duas listas encaminhadas desde 2016 enfrentam pendências no TSE, que vetou nomes, mas nunca devolveu para retificação do Tribunal de Justiça.

As duas vagas precisam ser preenchidas para que o Pleno da Justiça Eleitoral possa julgar os casos referentes às eleições.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Total de 716 beneficiados com saída temporária

POLÍCIA 9

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Aumenta número de presos beneficiados com a saída do Natal

No total, 716 recuperandos foram beneficiados; A medida começou a valer a partir das 9h de ontem com retorno para a próxima quarta-feira

DANIEL JÚNIOR
Da equipe de O Estado

Arquivo

Detentos beneficiados com a saída temporária do Natal deixaram ontem o Complexo de Pedrinhas

Portaria Suplementar da 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de São Luís, que engloba São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e a capital maranhense, autorizou a saída temporária do Natal para mais 32 detentos do regime semiaberto. Antes, o benefício seria para 684 detentos, após a portaria suplementar o número saltou para 716 beneficiados. A Portaria que dispõe sobre a saída temporária, foi assinada pelo juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais, Márcio Castro Brandão, foi divulgada na segunda-feira, 18.

O benefício da saída temporária começou a valer a partir das 9h de ontem e se encerra às 18h da próxima quarta-feira, 27. Para receber o benefício, os recuperandos devem preencher os requisitos previstos nos artigos 122 e 123 da Lei de Execução Penal (LEP). Segundo a LEP, a autorização para saída temporária é concedida por ato motivado do juiz, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária.

Para ter direito ao benefício, o preso do regime semiaberto precisa ter cumprido, no mínimo, 1/6 (primários) ou 1/4 da pena (reincidentes); apresentar comportamento adequado na unidade prisional, além da compatibilidade entre o benefício e os objetivos da pena.

A Portaria que concede a saída temporária do período natalino determina que os internos contemplados com o benefício deverão recolher-se às suas residências até as 20h e não poderão ausentar-se do Estado do Maranhão; ingerir bebidas alcoólicas; portar armas e não frequentar festas, bares e/ou similares.

NÚMERO

716

Foi o número de apenados beneficiados com a saída temporária do Natal

O juiz também determinou que os dirigentes dos estabelecimentos prisionais devem comunicar sobre o retorno dos internos até as 12h do dia 29 de dezembro.

Sobre a saída de presos, a VEP cientificou a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Superintendência da Polícia Federal, Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, e diretorias dos estabelecimentos penais de São Luís, para operacionalização das medidas estabelecidas na portaria.

Benefício

A Lei de Execução Penal disciplina que o benefício da saída temporária será automaticamente revogado quando o beneficiário praticar fato definido como crime doloso; for punido por falta grave; desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso, quando for o caso. A recuperação do direito à saída temporária dependerá da absolvição no processo penal, do cancelamento da punição disciplinar ou da demonstração do merecimento do condenado.

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap), nas quatro saídas temporárias já concedidas este ano, somente 7% dos beneficiários não retornaram dentro do prazo às suas respectivas unidades prisionais. A maior redução foi registrada na saída temporária do Dia das Crianças, quando foram beneficiados 669 recuperando dos quais apenas 34 não retornaram, ou seja, 5,1%.

Imperatriz

Também ontem, cerca de 80 detentos do sistema prisional de Imperatriz, a 624 km de São Luís, foram beneficiados com a saída temporária do Natal, que começou a valer a partir das 9h. A portaria assinada pelo juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Imperatriz, Mário Henrique Mesquita Reis, determina o retorno dos internos ao sistema prisional até as 18h da próxima quarta-feira, 27.

Os presos que não retornarem até o fim do prazo serão considerados foragidos da Justiça. Dos oitenta detentos que foram beneficiados, a maioria é oriunda da Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz -UPRI.

A saída temporária de Natal está prevista na Lei de Execuções Penais. Só recebem o benefício os presos do regime semiaberto que apresentarem bom comportamento e tenham cumprido, no mínimo, um sexto da pena. Para homologar a liberação, também foram ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária de Imperatriz. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Sobre segurança

A segurança de magistrados, servidores e usuários dos serviços do Poder Judiciário foi debatida esta semana entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueredo dos Anjos.

Atualmente, 42 fóruns do Maranhão já possuem pórticos detectores de metais e equipamentos de vídeo-monitoramento, medidas que serão estendidas para as demais unidades judiciais durante o biênio 2018/2019.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Aumento

Aprovado reajuste de 5% a servidores do TJMA

POLÍTICA 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Aprovado projeto que reajusta em 5% salário no Judiciário

Presidente do TJ, José Joaquim Figueiredo dos Anjos tratou diretamente do tema com o presidente da AL, Othelino Neto

Divulgação

José Joaquim e Othelino Neto conversaram sobre reajuste do TJ

A Assembleia Legislativa do Estado aprovou ontem o projeto de le que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário.

O projeto foi encaminhado para votação no Parlamento estadual pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, cujo presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, foi pessoalmente à Assembleia Legislativa conversar com o presidente da Casa, deputado Othelino Neto, e parlamentares estaduais, pedindo agilidade na votação e aprovação da matéria.

"Considero justo garantir o reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade", afirmou o presidente do TJMA, em conversa com os parlamentares estaduais.

O presidente disse que vai aguardar agora a sanção do governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, e a publicação da lei que beneficia os servidores, já que os 5% deverão incidir, a partir do momento que forem implantados, sobre os vencimentos já reajustados com a incorporação dos percentuais.

"A aprovação do projeto pelo Legislativo estadual é uma medida justa, já que os servidores da Justiça Estadual têm demonstrado no labor diário total comprometimento com o trabalho, merecendo, por isso, serem valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais e na prestação de serviços à Justiça e à sociedade", assinalou o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ASSEMBLEIA EM FOCO

Judiciário

O plenário aprovou o Projeto de Lei nº 338/2017, que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário maranhense. O então presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, assinou e enviou o projeto para a Assembleia Legislativa, no dia 30 de novembro de 2017. Anunciado em sessão plenária pelo então presidente do TJMA no dia 1º de novembro e tendo a minuta analisada e aprovada pelos demais desembargadores da Corte, o projeto de lei somente foi encaminhado no dia 30 de novembro, em razão da vigência da Lei Ordinária 10.722/2017, publicada no dia 28 de novembro, que incorpora os percentuais de 21,7% e 11,98% aos vencimentos dos servidores.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

SEGURANÇA

A segurança de magistrados, servidores e usuários dos serviços do Poder Judiciário foi debatida entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em reunião ontem. Os dois magistrados ressaltaram a preocupação em aprimorar as medidas de segurança, por meio da instalação de equipamentos e controle de entrada e saída nas dependências dos fóruns de todo o Maranhão. O diretor de Segurança Institucional do TJMA, Cel. Alexandre Magno, também participou do encontro.

Atualmente, 42 fóruns do Maranhão já possuem pórticos detectores de metais e equipamentos de videomonitoramento, medidas que serão estendidas para as demais unidades judiciais durante o biênio 2018/2019. O corregedor-geral solicitou a implantação de sistema de videoconferência nas comarcas, para facilitar a comunicação entre a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA) e os juízes de 1º Grau. "Com esse sistema, teremos melhor controle das comarcas e poderemos resolver rapidamente as demandas da população em relação aos juízes", comentou.

Os dirigentes do Poder Judiciário também discutiram a implementação de medidas de segurança no Fórum de São Luís, onde será executado projeto por meio da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, com reativação e ampliação do sistema de videomonitoramento e implantação de Brigada de Incêndio, com a realização de treinamentos para os servidores, entre outras medidas.

ARMAS

Na reunião, os desembargadores decidiram que as armas apreendidas e que estão custodiadas pelo Poder Judiciário passarão a ser doadas à Secretaria Estadual de Segurança Pública, sendo disponibilizadas aos órgãos de segurança, conforme o Estatuto do Desarmamento. Atualmente, existem mais de 2 mil armas custodiadas, que serão selecionadas pela Diretoria de Segurança Institucional do TJ, para fins de doação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Palhano recebe homenagem na Assembleia Legislativa

POLÍTICA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

RECONHECIMENTO

Ruy Palhano homenageado na Alema

O médico psiquiatra Ruy Palhano foi homenageado com a Medalha ao Mérito "Manuel Beckman", durante sessão solene ocorrida ontem, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Maranhão, numa iniciativa do deputado Levi Pontes (PCdoB). A solenidade contou com a presença dos deputados Bira do Pindaré (PSB), Fábio Braga (SD), Adriano Sarney (PV); do presidente do Conselho Regional de Medicina – CRM, Dr. Abdon Murad; do desembargador Rachid Maluf; do procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho Martins, representante da OAB-MA; médicos, amigos e familiares.

Deputado Levy Pontes, jornalista Raimundo Borges e dona Hilda Bogéa prestigiam homenagem a Ruy Palhano

Na oportunidade, Levi Pontes afirmou que a homenagem ao médico Ruy Palhano era mais do que merecida. "Essa homenagem é mais do que merecida. Ele é um professor, é um pai de família, é um cidadão, é uma pessoa preocupada com uma das patologias mais graves da humanidade – que são as doenças psiquiátricas – e a gente ver o comprometimento dele com o cidadão", afirmou o deputado, destacando que o Dr. Ruy Palhano já realizou mais de duas mil palestras sobre drogas, sem fins lucrativos, sem cachês, a vários órgãos da Justiça; a clubes de mães; a fábricas; a associações, dentre outros locais.

Ao agradecer a presença dos amigos e familiares, Ruy Palhano disse que era uma honra ser homenageado pela Assembleia Legislativa. Ele também agradeceu a iniciativa do deputado Levy Pontes em reconhecer o trabalho que realiza há mais de 35 anos no ramo da psiquiatria.

"É uma honra ser homenageado por esta Casa. Eu sou grato, me senti lisonjeado pelo Levy ter tido essa grandeza de reconhecer em mim algumas virtudes que mereceriam essa medalha. Na verdade, eu tenho certas dúvidas, não sei bem se sou merecedor dessa homenagem. Mas, de qualquer forma, eu reconheço um ato de grandeza, um ato de nobreza da parte dele de ter o reconhecimento de alguém e prestar a esse alguém. Eu me sinto muito honrado e muito feliz", afirmou Dr. Ruy Palhano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ASSEMBLEIA EM PAUTA

VISITA

O presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu a visita de cortesia do novo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O objetivo foi estreitar a relação e reforçar a harmonia entre os dois Poderes. O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos destacou que há uma demonstração inequívoca da harmonia entre os Poderes. O presidente do TJ-MA também garantiu que a boa relação que existe será mantida.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

PRESENTÃO

Aprovado reajuste para servidores do Tribunal de Justiça

POLÍTICA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Aprovado reajuste para servidores do TJ

Projeto de Lei nº 338/2017, que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário maranhense, vai agora para sanção do governador Flávio Dino

PAULO DE TARSO JR.

Na última sessão ordinária de 2017, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 338/2017, que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário maranhense. É bem verdade que a aprovação aconteceu nos acréscimos, mas o que vale é que houve o "sim" dos deputados estaduais. Agora, o projeto de lei segue para a sanção do governador Flávio Dino.

No fim de novembro, o então presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, assinou e enviou o projeto para a Assembleia Legislativa. A princípio, havia certo impasse sobre a aprovação do projeto.

A votação de ontem muito se deve à articulação envolvendo o novo presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo, que esteve pessoalmente esta semana na Assembleia dialogando com deputados da base e da oposição pedindo agilidade na votação e aprovação da matéria.

Uma das conversas foi justamente com o presidente em exercício da Casa, Othelino Neto, que destacou a harmonia entre os Poderes. "Concordamos com a importância de apreciarmos o projeto com rapidez. É muito importante que mantenhamos essa relação harmônica, independente e respeitosa entre os Poderes", disse Othelino.

O certo é que o diálogo funcionou e o projeto de lei dos 5% será encaminhado para sanção do governador. O texto do Projeto de Lei nº 338/2017 e as Tabelas de Vencimentos estão publicados no Diário da Assembleia Legislativa, edição de 7 de dezembro de 2017.

"A aprovação do projeto pelo Legislativo Estadual é uma medida justa, já que os servidores da Justiça Estadual têm demonstrado no labor diário total comprometimento com o trabalho, merecendo, por isso, serem valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais e na prestação de serviços à Justiça e à sociedade", assinalou o desembargador José Joaquim Figueiredo.

Projeto

Anunciado em Sessão Plenária pelo então presidente do TJMA no dia 1º de novembro e tendo a minuta analisada e aprovada pelos demais desembargadores da Corte, o projeto de lei somente foi encaminhado no dia 30 de novembro, em razão da vigência da Lei Ordinária 10.722/2017, publicada no dia 28 de novembro, que incorpora os percentuais de 21,7% e 11,98% aos vencimentos dos servidores.

"Aguardamos a publicação da lei para benefício dos servidores, já que os 5% deverão incidir, a partir do momento que forem implantados, sobre os vencimentos já reajustados com a incorporação dos percentuais", explicou na época o então presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Corregedor-geral e presidente do TJMA discutem segurança dos fóruns

A segurança de magistrados, servidores e usuários dos serviços do Poder Judiciário foi debatida entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Siva, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueredo dos Anjos, em reunião nessa quinta-feira, 21. Os dois magistrados ressaltaram a preocupação em aprimorar as medidas de segurança, por meio da instalação de equipamentos e controle de entrada e saída nas dependências dos fóruns de todo o Maranhão. O diretor de Segurança Institucional do TJMA, Cel. Alexandre Magno, também participou do encontro.

Atualmente, 42 fóruns do Maranhão já possuem pórticos detectores de metais e equipamentos de videomonitoramento, medidas que serão estendidas para as demais unidades judiciais durante o biênio 2018/2019. O corregedor-geral solicitou a implantação de sistema de videoconferência nas comarcas, para facilitar a comunicação entre a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA) e os juízes de 1º Grau. "Com esse sistema, teremos melhor controle das comarcas e poderemos resolver rapidamente as demandas da população em relação aos juízes", comentou.

Os dirigentes do Poder Judiciário também discutiram a implementação de medidas de segurança no Fórum de São Luís, onde será executado projeto por meio da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, com reativação e ampliação do sistema de videomonitoramento e implantação de Brigada de Incêndio, com a realização de treinamentos para os servidores, entre outras medidas.

Armas

Na reunião, os desembargadores decidiram que as armas apreendidas e que estão custodiadas pelo Poder Judiciário passarão a ser doadas à Secretaria Estadual de Segurança Pública, sendo disponibilizadas aos órgãos de segurança, conforme o Estatuto do Desarmamento. Atualmente, existem mais de 2 mil armas custodiadas, que serão selecionadas pela Diretoria de Segurança Institucional do TJ, para fins de doação. ***(Juliana Mendes – Asscom/CGJ)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Ribamar Pinheiro

Dirigentes do Poder Judiciário discutiram a melhoria da segurança nos fóruns

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Presidente do TJMA e corregedor-geral discutem segurança dos fóruns judiciais

A segurança de magistrados, servidores e usuários dos serviços do Poder Judiciário foi debatida entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Siva, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueredo dos Anjos, em reunião nesta quinta-feira, 21. Os dois magistrados ressaltaram a preocupação em aprimorar as medidas de segurança, por meio da instalação de equipamentos e controle de entrada e saída nas dependências dos fóruns de todo o Maranhão. O diretor de Segurança Institucional do TJMA, Cel. Alexandre Magno, também participou do encontro.

Atualmente, 42 fóruns do Maranhão já possuem pórticos detectores de metais e equipamentos de videomonitoramento, medidas que serão estendidas para as demais unidades judiciais durante o biênio 2018/2019. O corregedor-geral solicitou a implantação de sistema de videoconferência nas comarcas, para facilitar a comunicação entre a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA) e os juízes de 1º Grau. "Com esse sistema, teremos melhor controle das comarcas e poderemos resolver rapidamente as demandas da população em relação aos juízes", comentou.

Os dirigentes do Poder Judiciário também discutiram a implementação de medidas de segurança no Fórum de São Luís, onde será executado projeto por meio da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, com reativação e ampliação do sistema de videomonitoramento e implantação de Brigada de Incêndio, com a realização de treinamentos para os servidores, entre outras medidas.

ARMAS – Na reunião, os desembargadores decidiram que as armas apreendidas e que estão custodiadas pelo Poder Judiciário passarão a ser doadas à Secretaria Estadual de Segurança Pública, sendo disponibilizadas aos órgãos de segurança, conforme o Estatuto do Desarmamento. Atualmente, existem mais de 2 mil armas custodiadas, que serão selecionadas pela Diretoria de Segurança Institucional do TJ, para fins de doação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Assembleia Legislativa aprova reajuste de 5% aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado

O Plenário aprovou, na sessão desta quinta -feira (21), o Projeto de Lei nº 338/2017, que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário maranhense. O então presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador CleonesCunha, assinou e enviou o projeto para a Assembleia Legislativa, no dia 30 de novembro de 2017.

Anunciado em Sessão Plenária pelo então presidente do TJMA no dia 1º de novembro e tendo a minuta analisada e aprovada pelos demais desembargadores da Corte, o projeto de lei somente foi encaminhado no dia 30 de novembro, em razão da vigência da Lei Ordinária 10.722/2017, publicada no dia 28 de novembro, que incorpora os percentuais de 21,7% e 11,98% aos vencimentos dos servidores.

"Aguardamos a publicação da lei para benefício dos servidores, já que os 5% deverão incidir, a partir do momento que forem implantados, sobre os vencimentos já reajustados com a incorporação dos percentuais", explicou na época o então presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.

Na Mensagem nº 20/2017, encaminhada ao Poder Legislativo, o desembargador CleonesCunha afirma que "a melhoria salarial constitui uma ação permanente do Poder Judiciário, em busca de resgatar o poder aquisitivo dos nossos servidores públicos. Não se pode olvidar, por fim, que as despesas decorrentes desta Lei atendem ao disposto no Artigo 169 da Constituição Federal e nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (LRF)".

O projeto de lei dos 5%, apreciado pela Assembleia Legislativa e, nesta quinta-feira, aprovado pelo Parlamento estadual, será encaminhado para sanção do governador do Estado do Maranhão. O texto do Projeto de Lei nº 338/2017 e as Tabelas de Vencimentos estão publicados no Diário da Assembleia Legislativa, edição de 7 de dezembro de 2017.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Presidente do TJMA e corregedor-geral discutem segurança dos fóruns judiciais

A segurança de magistrados, servidores e usuários dos serviços do Poder Judiciário foi debatida entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Siva, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueredo dos Anjos, em reunião nessa quinta-feira (21).

Os dois magistrados ressaltaram a preocupação em aprimorar as medidas de segurança, por meio da instalação de equipamentos e controle de entrada e saída nas dependências dos fóruns de todo o Maranhão. O diretor de Segurança Institucional do TJMA, Cel. Alexandre Magno, também participou do encontro.

Atualmente, 42 fóruns do Maranhão possuem pórticos detectores de metais e equipamentos de videomonitoramento, medidas que serão estendidas para as demais unidades judiciais durante o biênio 2018/2019. O corregedor-geral solicitou a implantação de sistema de videoconferência nas comarcas, para facilitar a comunicação entre a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA) e os juízes de 1º Grau. "Com esse sistema teremos melhor controle das comarcas e poderemos resolver rapidamente as demandas da população em relação aos juízes", comentou.

Os dirigentes do Poder Judiciário também discutiram a implementação de medidas de segurança no Fórum de São Luís, onde será executado projeto por meio da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, com reativação e ampliação do sistema de videomonitoramento e implantação de Brigada de Incêndio, com a realização de treinamentos para os servidores, entre outras medidas.

ARMAS – Na reunião, os desembargadores decidiram que as armas apreendidas e que estão custodiadas pelo Poder Judiciário passarão a ser doadas à Secretaria Estadual de Segurança Pública, sendo disponibilizadas aos órgãos de segurança, conforme o Estatuto do Desarmamento. Atualmente, existem mais de 2 mil armas custodiadas, que serão selecionadas pela Diretoria de Segurança Institucional do TJ, para fins de doação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Presidente em exercício da AL participa de Missa de Sétimo Dia de seu paia

O presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, participou, nesta quarta-feira, na Igreja São Luís Rei de França, no Calhau, da Missa de Sétima Dia pelo falecimento de seu pai, o jornalista e escritor Othelino Alves Filho.

Othelino Filho faleceu na quinta-feira, 14, no Hospital Albert Eistein, em São Paulo, em consequência de problemas cardiovasculares.

O corpo do jornalista e escritor Othelino Alves Filho foi velado no plenário da Assembleia e o sepultamento aconteceu sábado (16), no cemitério do Gavião.

Dentre outros cargos públicos que ocupou, foi diretor de Comunicação da Assembleia por quase 10 anos, foi fundador e o primeiro presidente do Sindicato dos Radialistas do Estado do Maranhão, e trabalhou em jornais da capital, a exemplo do Jornal Hoje e Jornal Pequeno.

Dentre outras autoridades, compareceram à Missa o deputado Rafael Leitoa, o desembargador Marcelino Everton, o Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho; o secretário municipal de Educação, Moacy Feitosa; os ex-presidentes e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Edmar Cutrim e Jorge Pavão; o diretor de Comunicação da Assembleia, Carlos Alberto Ferreira; amigos, familiares, dirigentes e servidores da Assembleia Legislativa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Tuitaços

• Só um recadinho: quem hoje aplaude os discursos moralistas baratos da Dupla Dinâmica Barroso-Fux, haverá de chorar, um dia, a implantação de um Judiciário de comadres, ditatorial e de sentimentos dos juízes. @lamimaniaco

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Miranda do Norte

MPMA garante suspensão de processos licitatórios

Uma Ação proposta pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim, protocolada na última segunda-feira, 11, levou a concessão de liminar, na mesma data, suspendendo dois procedimentos licitatórios que seriam realizados pela Prefeitura de Miranda do Norte (termo judiciário da comarca).

O Ministério Público do Maranhão recebeu representação do responsável por uma empresa impossibilitado de obter e visualizar os editais das tomadas de preços 008/2017 e 009/2017 em prazo hábil para se preparar para a sessão de abertura das propostas, que aconteceria em 14 de dezembro. A administração municipal vinha criando dificuldades para fornecer os documentos.

Na avaliação da promotora de justiça Flávia Valéria Nava Silva "a publicidade e a idoneidade dos referidos certames restaram prejudicadas, uma vez que os representantes das empresas interessadas e possivelmente outros interessados, além do público em geral, que porventura quisessem ter acesso aos aludidos editais, não alcançaram o seu intento".

Para a representante do MPMA, o Município de Miranda do Norte não cumpriu os princípios da legalidade e publicidade, além de não realizar um processo licitatório que assegurasse igualdade de condições a todos os concorrentes.

Na decisão, a juíza Laysa de Jesus Paz Martins Mendes determinou a imediata suspensão dos procedimentos licitatórios, sob pena de multa diária de R$ 5 mil a ser paga pessoalmente pelo prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. Além disso, o Município tem cinco dias para encaminhar a cópia integral dos processos de licitação.

A magistrada ressaltou, ainda, que o não cumprimento integral ou a criação de dificuldades para o cumprimento da decisão judicial "constitui ato atentatório à dignidade da Justiça", o que pode acarretar multa de até 10 salários mínimos ao gestor público, além de sanções cíveis, criminais e processuais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Data Venia

Mozart Baldez

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

FIM DAS JORNADAS "TQQ" E "QQ" NA JUSTIÇA MARANHENSE: SAMA COMEMORA MEDIDA!

A coletiva do novo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, José Joaquim Figueredo dos Anjos, caiu como um raio mortal. Às vésperas das comemorações natalinas a magistratura é pega de "toga curta". Finalmente surge no Estado um gestor "linha dura", capaz de dar cabo à prática de costumes ilegais e abusivos na corte judiciária local. Enfim, o que parecia impossível para muitos passou a ser realidade. Ao que parece a partir de 2018, Juízes serão obrigados a cumprir as leis no Maranhão.

Fundado em 08 de novembro de 2015, o SAMA – Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão, sempre atuou firme como uma pedra no sapato dos magistrados que não trabalhavam a jornada completa, preferindo as escalas clandestinas denominadas "TQQ" (terça, quarta e quinta) e "QQ" (quarta e quinta).

A farra é invenção do interior mas se solidificou e formou jurisprudência uníssona na capital, incluindo o Fórum Desembargador Sarney Costa e os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Nem o pagamento do auxilio moradia no valor de R$ 4.377,73, foi suficiente para segurar a permanência dos magistrados no interior entre segunda e sexta-feira. No Fórum do Calhau e Juizados Especiais as tardes são facultativas para o trabalho sem que seja exercida nenhuma fiscalização. Mas o salário é pago integral. Vai ao serviço quem quer. Tudo isso e mais, no entender do sindicato corrobora para o fantasma da MOROSIDADE.

O combate a essa ilegalidade, aliada ainda às inúmeras denuncias de venda de decisões e sentenças, indústrias de liminares nos plantões judiciais de ambas as instâncias, irregularidades nas expedições de alvarás, desconfiança no setor de distribuição de demandas cautelares, Habeas Corpus e Mandado de Segurança com pedido de liminar e pouca produção de magistrados, foram os focos imediatos de combate que a entidade sindical levantou de forma intransigente. Mesmo porque a OAB/MA não se alimenta desse tipo de enfretamento que desagrada autoridades.

Objetivando uma busca rápida por solução o SAMA sempre visitava as comarcas do interior de surpresa e quando não encontrava o juiz no seu posto, um vídeo era produzido em frente à repartição pública e logo postado nas redes sociais denunciando a transgressão administrativa. Nenhum presidente do TJMA ousou tomar providências.

Recordamos como se fosse ontem quando muitos conhecidos e desconhecidos, advogados e serventuários, diziam como se a voz fosse una: "... - de que este subscritor estava perdendo seu tempo...". Porque a prática era antiga e ninguém iria mudar essa história no Estado do Maranhão. Mas provamos que nada foi em vão e vai mudar mesmo: "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

Da mesma forma um aviso aos retrógados: outros movimentos irão surgir para melhorar a nossa ADVOCACIA e JUSTIÇA a começar pela RENOVAÇÃO DA OAB MA no ano que vem. Precisamos de advogados (as) que trabalhem pela classe, pela causa coletiva e não por suas pretensões pessoais. Tanto no nível estadual como federal. A nossa Ordem virou uma Desordem e palco de disputa entre dois grupos rivais não representativos que querem dispor da instituição como patrimônio particular. NÓS NÃO VAMOS DEIXAR ISSO ACONTECER.

Voltando a questão anterior, nós não levamos em consideração os alertas e ameaças que sofremos. E continuamos a nossa luta em prol da defesa da advocacia e da ética. Afinal de contas não é justo um funcionário público graduado ou não, receber sem trabalhar. E isto tudo causa prejuízo irreparável para a sociedade.

Foram tantas denúncias feitas pelo Presidente do SAMA à comunidade em geral e a imprensa, que numa tentativa de intimidação, sem êxito, alguns juízes em escala de revezamento e a própria entidade representativa deles, passaram a processar este signatário na capital e no interior afora. Em nenhum momento recuamos e nos demos por vencidos.

A título de exemplo, após a semana da pátria quando o SAMA denunciou que os juízes da baixada decretaram um feriado "branco"prolongado , foi a vez do Presidente da época, Cleones Cunha, se manifestar favoravelmente aos faltantes, traindo o seu dever de ofício: não mandou apurar.

Chegou ao descalabro de emitir nota oficial de repudio contra uma entidade séria como o SAMA, aos invés de determinar a apuração das irregularidades noticiadas. Na verdade Cunha e seus antecessores sempre deixaram o barco rolar e não combateram esses e outros graves problemas da administração do TJMA que se alastram.

O ano de dois mil e dezoito se aproxima e com ele várias e importantes propostas de mudanças que se aplicadas, contemplam a todos, juízes, serventuários do órgão, a advocacia e os jurisdicionados. Elas foram anunciadas pelo Desembargador José Joaquim Figueiredo, novo presidente do TJMA para o biênio 2018/2019, na última terça-feira (19/12/17).

Este subscritor, muito antes da fundação do SAMA – Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão, que tem dois anos de existência, vinha lutando solitariamente, numa "verdadeira guerra de um homem só ", nas palavras da Advogada Criminalista do Rio de Janeiro, Doutora Flor de Lis, que acompanha de lá o nosso dilema.

Tentamos modificar o quadro caótico do judiciário local, através de críticas contundentes e fiscalizações pessoais que efetuamos nas comarcas do interior e da ilha. Denunciamos sistematicamente as jornadas "TQQ" e "QQ", principalmente para debelar a morosidade que a nosso pensar vem sendo causado pela velha prática.

Desagradamos inclusive pequena leva de colegas advogados que subsistem de favores e não querem uma advocacia igual para todos. Preferem a concorrência desleal e o quanto pior melhor. Um desses classifica isoladamente esse subscritor de "elefante em loja de cristal". Mas não é nenhum exemplo a ser seguido pela classe. Esquece ele que o jaleco colorido com a cruz que o derrubou são bem mais pesados que o ônus de falar mal das pessoas de bem que sequer respondem a processos de improbidade por desvio de conduta ou de recursos.

Doravante olhamos para frente e sentimos que o atual presidente do TJMA Desembargador José Figueiredo está no caminho certo e acena de forma concreta e providencial na área de investimento tecnológico, concursos públicos, criação da cidade da justiça, combate a toda espécie de corrupção no judiciário, aferição de produtividade e o mais importante que é o combate efetivo ao cumprimento da jornada de trabalho. O SAMA se filia a todos esses ideais do novo gestor e se coloca publicamente à disposição do TJMA, inclusive para propor outras medidas que importem em celeridade para o judiciário e de parceria de mutua colaboração.

Mozart Baldez - Advogado

Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão - SAMA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Aprovado reajuste para todos os servidores do Judiciário

PÁG. 3 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reajuste para todos os servidores do Judiciário é aprovado na Assembleia

A Assembleia Legislativa aprovou, nessa quinta-feira (21), Projeto de Lei que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário.

O projeto foi encaminhado para votação no Parlamento estadual pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, cujo presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, foi à Assembleia Legislativa conversar com o presidente da Casa, deputado Othelino Neto, e parlamentares estaduais, pedindo agilidade na votação e aprovação da matéria.

"Considero justo garantir o reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade", afirmou o presidente do TJMA, em conversa com os parlamentares estaduais.

O presidente disse que vai aguardar agora a sanção do governador do Maranhão, Flávio Dino, e a publicação da lei que beneficia os servidores, já que os 5% deverão incidir, a partir do momento que forem implantados, sobre os vencimentos já reajustados com a incorporação dos percentuais.

"A aprovação do projeto é uma medida justa, já que os servidores da Justiça Estadual têm demonstrado no labor diário total comprometimento com o trabalho, merecendo, por isso, serem valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais e na prestação de serviços à Justiça e à sociedade", assinalou José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

ARQUIVO

José Joaquim teve papel importante para que projeto fosse colocado em votação ontem

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

“A aprovação do projeto é uma medida justa, já que os servidores da Justiça Estadual têm demonstrado no labor diário total comprometimento com o trabalho, merecendo, por isso, serem valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais e na prestação de serviços à Justiça e à sociedade”

(José Joaquim Figueiredo dos Anjos, presidente do TJ-MA)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Plenário da Assembleia

JUDICIÁRIO

O Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 338/2017, que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário maranhense. O então presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, assinou e enviou o projeto para a Assembleia Legislativa, no dia 30 de novembro de 2017. Anunciado em Sessão Plenária pelo então presidente do TJMA no dia 1º de novembro e tendo a minuta analisada e aprovada pelos demais desembargadores da Corte, o projeto de lei somente foi encaminhado no dia 30 de novembro, em razão da vigência da Lei Ordinária 10.722/2017, publicada no dia 28 de novembro, que incorpora os percentuais de 21,7% e 11,98% aos vencimentos dos servidores.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Informe JP

Reajuste aprovado

O presidente do TJ-MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, manteve entendimentos com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB) e com o líder do governo, Rogério Cafeteira (PSB), na quarta (20), e ontem (21) os deputados aprovaram o projeto de lei que garante reajuste de 5% aos servidores do Judiciário maranhense.

O aumento, agora, deverá ser sancionado pelo governador Flávio Dino.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Cajueiro

Moradores temem que casas sejam derrubadas para a construção de novo terminal portuário

LIDIANE CORRÊA
ESPECIAL PARA O JP

Moradores da comunidade do Cajueiro, zona rural de São Luís, realizaram na manhã dessa quinta-feira (21) um protesto pacífico, em frente ao Palácio dos Leões, sede do governo estadual, para reivindicar providências do poder público em relação ao desmatamento registrado nos últimos anos na localidade, bem como a suspenção de todas as licenças ambientais concedidas à empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, representante local da WTorre, responsável pela construção do Terminal Portuário de São Luís.

De acordo com a comissão de moradores presentes ao manifesto, desde o ano de 2014, quando começaram os primeiros estudos da área pela empresa WPR, as mais de 800 famílias do Cajueiro convivem com o medo de perder as suas casas e terras, de onde a maioria retira o seu sustento. Ainda conforme a denúncia, algumas famílias se sentindo pressionadas acabaram vendendo seus imóveis e terras a valores irrisórios, outras não tiveram nem a chance de retirar seus pertences do interior, perdendo tudo e hoje lutam na justiça por uma indenização.

Na comunidade, o medo impera e muitos moradores com medo de sair de suas residências, não se uniram ao grupo para protestar. As lideranças e ONGs de apoio às comunidades tradicionais denunciaram que casas estão sendo derrubadas sem uma prévia comunicação aos moradores, e por isso muitos temem deixar o seu imóvel até para trabalhar.

IMPACTOS

Com investidas cada vez mais agressivas às palmeiras de babaçu e devido à presença de máquinas pesadas nas estradas da comunidade, rachaduras estão comprometendo toda a estrutura das casas próximas às áreas impactadas e contribuindo para a extinção de espécies raras de animais silvestres. “O mais interessante é que a degradação é perceptível, mas todas as licenças ambientais foram concedidas à empresa WPR. Queremos uma reunião com as secretarias de Meio Ambiente, de Direitos Humanos e de Segurança Pública, a construtora, e até mesmo com governador Flávio Dino, para que possamos dialogar sobre a situação de violência vivida na comunidade desde o inicio das obras de construção do porto”, relatou o pescador Clóvis Amorim, de 51 anos, morador há 38 da comunidade.

Para a líder de jovens da comunidade do Cajueiro Audeci de Melo, as perdas para a nossa comunidade são inúmeras, e classifica como devastador o que a comunidade tem vivido nos últimos anos. “Só queremos nossa tranquilidade de volta, a nossa fauna e flora que está sendo violentamente destruídas pelas maquinas, por interesses particulares”, lamentou a jovem.

A comunidade já registrou 17 boletins de ocorrências entre eles de danos materiais e violação dos direitos, mas não obtiveramnenhuma resposta concreta das secretarias de Meio Ambiente, e Direitos Humanos, nem tampouco foram convocados para uma reunião de mediação de conflitos. Dezenove casas já foram derrubadas pela empreiteira começou a desmatar a área.

Após horas de manifestação em frente do Palácio dos Leões, no final da manhã de ontem, uma comissão de moradores do Cajueiro foram recebidos no Palácio dos Leões por representantes da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Direitos Humanos. Na audiência, ficou agendada para o período da tarde uma visita da Sema e do Batalhão de Polícia Florestal na comunidade, para averiguar se há desmatamento de babaçuais e juçareiras, e que, comprovado crime ambiental, todas as licenças da empresa WPR serão suspensas.

IRREGULARIDADES

A Justiça Estadual, por meio da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, determinou, no dia 8 de novembro, deste ano, a paralisação das obras de construção do Terminal Portuário de São Luís na comunidade Cajueiro. A medida é referente à Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria do Estado do Maranhão (DPE-MA) e o Ministério Público (MP-MA) contra o licenciamento ambiental e a obra na localidade onde está assentada a comunidade tradicional.

A ação foi ajuizada em julho de 2016 em face do Estado do Maranhão, do Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (Iterma), do Município de São Luís e da empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, representante local da WTorre.

De acordo com as alegações da DPE, que vem atuando por meio do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária – a empresa responsável pelas obras começou a circular com maquinário pesado e a remover a vegetação na localidade, colocando em risco a vida e a saúde de trinta e nove moradores que ainda permanecem residindo na área.

Além disso, também não teria sido apresentado o relatório final de indenizações ou de programa de reassentamento das famílias atingidas, o que representaria desrespeito às condições da licença de instalação já expedida. Segundo a licença de instalação, de junho de 2016, a empresa tinha um prazo de até 90 dias para apresentar o relatório.

OUTRO LADO

Em nota, o governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), informou que recebeu na manhã dessa quinta-feira (21) uma comissão de moradores da comunidade do Cajueiro e que acolheu todas as demandas apresentadas. Informa ainda que, como encaminhamentos da reunião, a comunidade deverá formalizar a denúncia e os quesitos a serem averiguados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema); a equipe de Governo, Sema, Batalhão de Proteção Ambiental (BPA) e Sedihpop, irá realizar vistoria na área. Outros temas serão tratados em reuniões posteriores.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

FOTOS: GILSON FERREIRA

Moradores do Cajueiro protestaram em frente ao Palácio dos Leões contra o desmatamento ocorrido naquela comunidade

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo